

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Compromissos de Motta podem virar armadilha

Ser o nome da direita: uma armadilha para Motta

Na reunião de líderes nesta quarta-feira (11), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), manifestou seu apoio ao líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), para sucedê-lo no comando no ano que vem. Sem dúvida, é um passo importante para Motta, mas que pode a essa altura se transformar em uma armadilha. Motta pretendia ser alçado a uma condição de candi-

dato do consenso. Esse consenso, porém, não aconteceu, diante do pacto do União Brasil com o PSD que manteve as candidaturas dos líderes dos dois partidos, respectivamente Elmar Nascimento (BA) e Antônio Brito (BA). A manutenção dos dois no páreo transformou o governo em fiel da balança. O risco para Motta é o governo demorar a se definir.

Demora

Essa demora é uma possibilidade. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já declarou que o governo não deve interferir na disputa da Câmara. Mas qualquer pombo na Praça dos Três Poderes sabe que, ao contrário, o governo interfere no jogo, e muito.

Marca

Se Lula e o governo demoram para definir quem apoiarão, e Motta começa a fechar costuras pela direita, o grande risco a essa altura para ele é ficar marcado como o nome desse grupo. Uma situação que pode acabar por enfraquecê-lo na hora de negociar com o governo.

Wilson Dias/Agência Brasil



Elmar tenta agora se aproximar do governo

União e PSD trabalham para se aproximar do governo

Como contávamos aqui na coluna de quarta-feira, o acerto do União com o PSD visa buscar o apoio do governo e do PT para as candidaturas de Elmar Nascimento ou de Antônio Brito, vista que não terão o apoio de Arthur Lira. Com o Centrão rachado, ficam governo e PT como fiéis da balança. E aí ser o nome da direita fechando

compromissos com esse grupo pode virar uma armadilha para Hugo Motta. Porque a ala mais à direita da Câmara não quer construir consensos. Alguns compromissos que Motta agora vem sendo pressionado a fechar podem se voltar contra ele ao negociar governo e PT como fiéis da balança. O maior deles seria com a anistia ao 8 de janeiro.

Anistia

Os mesmos pombos que sabem que o governo não é neutro na disputa pela Câmara sabem que, no fundo, o que se deseja mesmo é pavimentar uma anistia ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), criando uma situação que o recoloca no páreo em 2026.

Lula

Se tiver condições de orientar um outro caminho, Lula certamente não irá ajudar a pavimentar a possibilidade de aprovação da tal anistia e um recrudescimento à direita. E a indefinição agora na sucessão de Arthur Lira dá agora a Lula a chance de orientar outro caminho.

Adiamento

Não foi por acaso, portanto, que o União Brasil apoiou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o adiamento da discussão sobre a anistia para depois das eleições municipais. Ninguém quer agora se comprometer com o que seria um tiro no escuro.

Refém

Tudo o que Lula não quer é seguir sendo refém como é sob o comando de Lira. O próximo presidente da Câmara não terá somente a questão da anistia para decidir. É ele também quem põe para andar ou não eventuais pedidos de impeachment.

Lira apoiará Hugo Motta em racha no Centrão

Elmar Nascimento encontra-se com Lula em busca de apoio

Reprodução/Instagram

Por Gabriela Gallo

Em almoço com os líderes da Câmara nesta quarta-feira (11), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sacramentou seu apoio ao líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), como candidato à sua sucessão em fevereiro do ano que vem. Embora o anúncio já fosse esperado, ele confirma que Lira abandonou a própria sorte aquele que até então era seu preferido, o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA). O problema para Lira é que Elmar não desistiu das suas pretensões. Fez um acordo de apoio mútuo com o líder do PSD, Antônio Brito (BA), no qual um apoiará ao final aquele dos dois que se mostrar mais forte. E saiu no mesmo dia do anúncio de Lira em busca do apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do governo e do PT. A disputa, assim, rachou o Centrão e tornou o governo fiel da balança.

O anúncio de Lira no almoço não foi feito oficialmente por ele. Acabou divulgado nas redes sociais pelo líder do PT, Odair Cunha (MG), que até sinalizou uma possibilidade de apoio a Motta, embora a questão não esteja resolvida no partido e no governo.

“Não cabe debater a questão governo versus oposição, mas tão somente garantir a escolha de um nome que assegure o funcionamento harmônico e independente do Poder Legislativo”, escreveu Odair Cunha. “Quando menos disputas secundárias, melhor será para os interesses do Brasil. O importante é a união em torno da aprovação de projetos relevantes que busquem o



Lira confirmou o apoio a Motta na reunião de líderes

desenvolvimento sustentável e beneficiem de forma ampla toda sociedade brasileira”, escreveu o parlamentar.

O parlamentar ainda destacou que encaminhará “ao conjunto de parlamentares da Bancada”, formada pelas siglas PT, PCdoB e PV, o nome de Hugo Motta para que avaliem a possibilidade de apoiar o candidato. O apoio oficial dependerá, todavia, de um possível nome escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) – que ainda não oficializou apoio a nenhum candidato, sem expectativas de se manifestar tão cedo.

Elmar Nascimento

E justamente na tentativa de buscar apoio do presidente da República, ainda nesta quarta-feira, o também candidato à presidência da Câmara pelo União Brasil, deputado Elmar Nascimento (BA), se reuniu com Lula. O encontro acon-

teceu no Palácio do Planalto, fora da agenda oficial do presidente, articulado pelo ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e pelos ministros Juscelino Filho (Comunicações) e Celso Sabino (Turismo), que são do mesmo partido de Elmar Nascimento..

Informações de bastidores apontam que, no encontro, Lula informou que não irá interferir na eleição do Congresso Nacional, caso não haja um nome de consenso entre os deputados federais. Ou seja, existe a chance de Lula se sentar e não declarar apoio a nenhum candidato da Câmara. Em tese, o único pedido do presidente é que a disputa não provoque um racha na base aliada a ponto de afetar as votações de interesse do governo.

Mudança de Lira

Inicialmente, Elmar Nascimento era o candidato favorito de Arthur Lira para

o cargo. Porém, após a desistência da candidatura de Marcos Pereira (Republicanos-SP) para apoiar o colega de partido, Hugo Motta ganhou um favoritismo repentino na Casa. Visto como um candidato mais moderado e conciliador – capaz de transitar entre governo e oposição – a força que a candidatura de Motta vem apresentando fez o presidente Arthur Lira repensar suas escolhas.

Considerando que o candidato do Republicanos tenha o apoio de Lira, ele consequentemente também terá o apoio dos partidos PL (a maior bancada da Casa), PP e Republicanos – todos partidos de direita.

Diante disso, a tentativa de Elmar Nascimento em se aproximar do presidente Lula visa trazer uma imagem da aliança União Brasil-PSD como uma frente “pró-governo”.

Anistia e pacote anti-STF: tudo mesmo para depois de outubro

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

Em meio a discussões acaloradas e falta de acordo entre parlamentares, assim como a falta de tempo com o período de campanha eleitoral, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados adiou a votação do Projeto de Lei (PL) nº 2858/2022, que concede anistia a todos os presos envolvidos nos atos antidemocráticos contra a sede dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. A informação foi divulgada durante a sessão desta quarta-feira (11). A expectativa é que o texto seja apreciado pela comissão em 8 de outubro (terça-feira), logo após o primeiro turno eleitoral.

Inicialmente, o projeto seria votado nesta terça-feira (10), mas foi adiado por falta de acordo. Na sessão de quarta, a presidente da CCJ, deputada Caroline De Toni (PL-SC), tentou acrescentar o item extra-pauta, mas não obteve sucesso e a votação foi adiada para depois das eleições municipais.

“Infelizmente, no dia de hoje, nós estamos vendo que a anistia está sendo utilizada para barganhas políticas”, lamentou De Toni durante a sessão.

Em suas redes sociais, ela compartilhou um vídeo destacando que o tema será tratado como prioridade com o retorno dos trabalhos da Câmara e que tem a expectativa de que o projeto seja votado no plenário da Casa ainda neste ano. “Nós temos esse compromisso com as famílias [dos presos envolvidos nos atos]. Esse tema tem a nossa prioridade”, completou.



CCJ agora só analisará projetos depois de 8 de outubro

O projeto inicial concedia anistia a qualquer “manifestante, caminhoneiro, empresário e todos os que tenham participado de manifestações nas rodovias nacionais, em frente a unidades militares ou em qualquer lugar do território nacional” a partir do dia 30 de outubro de 2022.

Todavia, o parecer do relator, deputado Rodrigo Valadares (União-SE), limitou a anistia para os presos envolvidos em manifestações à partir de 8 de janeiro de 2023. O relatório de Valadares julga as prisões como um excesso do poder Judiciário. Para o relator, não houve uma tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro “devido à falta de liderança e a ausência de apoio militar” e que os envolvidos presos “não souberam naquele momento expressar seu anseio”.

STF

Além do projeto de anistia, a CCJ começou a discutir, nesta terça-feira, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8/2021 que limita as decisões monocráticas (feitas por um único magistrado) de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e demais tribunais. A sessão em si foi apenas para discussão, já que os parlamentares decidiram também adiar a votação para outubro.

O relatório do deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) proíbe decisões individuais de magistrados que suspendam a eficácia de projetos aprovados pelos poderes Executivo e Legislativo. O texto ainda concede o prazo de seis meses para o julgamento de ação que peça declaração de inconstitucionalidade de lei.

A única exceção da medida

vale em casos de suspensão de eficácia de lei durante o recesso do Judiciário, em casos de grave urgência ou risco de dano irreparável, desde que conceda o período de 30 dias para o julgamento do caso no colegiado, logo após o retorno do recesso.

A proposta é uma resposta do Legislativo a recentes embates com o Supremo. Os parlamentares favoráveis alegam ser injusto uma medida definida democraticamente pelas duas Casas ser derrubada pela decisão de apenas um ministro.

O deputado Chico Alencar (Psol-RJ) argumentou que o próprio Supremo já se antecipou e, em 2022, mudou o seu regimento para estabelecer que algumas medidas cautelares decididas monocraticamente devem ser analisadas por colegiado em até 90 dias.